

GESTÃO DEMOCRÁTICA NA E DA EDUCAÇÃO: CONCEPÇÕES E VIVÊNCIAS

Isabel Leticia Pedroso de Medeiros¹

A proposta de gestão democrática na educação, que hoje encontra um contexto histórico bastante favorável para sua implementação e fomento, sendo defendida atualmente em praticamente todas as reformas educacionais, desenvolveu-se ao longo da história do pensamento pedagógico, motivada por fatores internos e externos ao campo educacional, que se entrelaçam firmemente na produção dessa nova forma de gerir e gerar a educação.

Dentre os fatores que podemos considerar mais "internos", figura a mobilização e a luta social do movimento de pais, professores e estudantes, que primeiro centraram seus esforços na defesa do acesso de todos à escola pública e gratuita, para em seguida defender uma escola de qualidade que garantisse a permanência e a aprendizagem de todos os estudantes no tempo estabelecido em lei para as diferentes etapas da escolarização, conquistando cada vez mais espaços de participação e controle na construção dessa nova educação.

Com a aceitação em quase todos os países do mundo da escolarização universalizada como um valor e uma necessidade, a escola pública passou a receber uma diversidade muito grande de estudantes, com variadas culturas, valores, crenças e costumes, o que impõe à escola uma abertura para o convívio dessa multiplicidade cultural. Muito embora ainda seja bastante comum uma abordagem autoritária dessas diferenças, buscando homogeneizar e negar a diversidade, cada vez mais há o reconhecimento da via democrática como forma mais adequada e desejável não só de resolução dos conflitos, mas também da organização da vivência escolar.

A democratização da educação é movimentada também por elementos fora dela, presentes no contexto social, político e econômico mais amplo, no qual a educação está inserida. Por exemplo: a tendência atual de descentralização das obrigações dos Estados nacionais, encarregando a sociedade das políticas sociais, se reflete na educação através do repasse de responsabilidades para as comunidades locais. Esse processo pode significar mais autonomia para a escola e para os sistemas estaduais e municipais, ou a desresponsabilização do Estado nacional para com a educação, caso não haja a garantia de recursos públicos na manutenção das escolas.

Outro elemento que obviamente impõe a democratização na educação e a consequente gestão democrática é a democratização mais ampla da sociedade. Esse processo pode ser observado no Brasil, onde o fim da ditadura militar foi acompanhado por movimentos de redemocratização em todos os campos sociais, inclusive na educação. Esse movimento tem por objetivo a elaboração de leis que estabeleçam formas mais democráticas de funcionamento das instituições, incidindo como "efeito-cascata" sobre a educação.

Um exemplo disso é o fato de que, após a Constituição Cidadã (1988) estabelecer a gestão democrática do ensino público como princípio, a educação sofreu uma reformulação das suas legislações específicas, desde a LDBEN até os regimentos escolares, incorporando este princípio. (...) Também outras legislações, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/1990), ampliam as possibilidades de participação e controle da sociedade na educação.

É a partir do entrelaçamento desses e de outros muitos fatores internos e externos que surge a idéia de gestão democrática, na qual todos os atores sociais envolvidos podem participar desde o planejamento, a execução e avaliação de políticas e práticas educacionais. Os municípios podem, a partir da nova LDBEN (Lei n. 9.394/96) organizar sistemas de ensino locais, nos quais o desejável é que existam mecanismos de participação de toda a sociedade na elaboração das políticas educacionais, através de Conselhos, Congressos, Conferências, enfim, fóruns de caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador, que acompanhem as ações do órgão administrativo do sistema.

Pensando em intensificar a participação da comunidade na escola, muitos municípios contam com uma legislação que prevê a instituição de Conselhos Escolares, órgão composto pela representação paritária de pais, professores, funcionários e estudantes, com funções consultiva, deliberativa e fiscalizadora em todos os assuntos da escola. Também está previsto em lei, embora seja menos freqüente, a eleição de diretores, possibilitando à comunidade escolher o seu gestor para um determinado período. Outro mecanismo importante na efetivação da gestão democrática é o repasse de recursos financeiros, que deve ser sistemático e em valor suficiente para a manutenção da escola, administrado pelo Conselho escolar.

Além desses mecanismos formais, cada escola pode e deve buscar ações concretas para construir e difundir uma cultura democrática, através da participação de todos os envolvidos no processo educacional na gestão da escola. Conselhos de classe participativos, Escola de pais, grupos culturais, Assembléias da comunidade, construção participativa do Projeto político-pedagógico, e assim outras idéias que fomentem a participação, mas que não devem ser confundidas com o chamamento da comunidade para prestação de serviços voluntários. A gestão democrática exige a participação ativa nas deliberações pedagógicas da escola.

Da mesma forma, os cidadãos devem buscar a participação na definição, avaliação e fiscalização das políticas educacionais do seu município, pois a democratização dos sistemas tem uma relação intrínseca com a democratização das escolas, e vice-versa. É difícil a constituição de uma gestão democrática na escola, se em nível de sistema temos uma gestão centralizada das políticas educacionais.

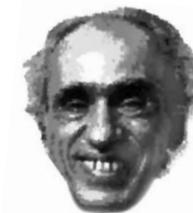
Muito embora a gestão democrática esteja atualmente bastante presente nos discursos, ela exige de todos nós uma afirmação concreta, exercitada quotidianamente nas relações dentro e fora da escola. A cultura democrática está longe de ser uma realidade consolidada, e necessita do trabalho diligente de todos nós, em especial no espaço educacional, ponto de encontro de gerações tanto na conservação de nossa história e produção de conhecimentos, quanto na inovação e transformação cultural.

¹ Doutoranda do programa de Política e gestão da educação da FAGED/ UFRGS e professora da rede municipal de ensino de Porto Alegre/RS.

Direitos Humanos na sala de aula

“A unanimidade é autoritária.
A diferença é democrática”

Betinho



Datas Significativas



Apresentação

Estamos chegando à metade do ano letivo. Parece que os dias estão passando mais rapidamente. Parafraseando Betinho, quem tem direitos a assegurar tem pressa. Por isso cada dia é importante, cada gesto insubstituível, cada ação indispensável.

DDHH em sala de aula quer sugerir ações-reflexões-ações que contribuam para a consciência cada vez mais clara de que cada um/a de nós é parte de uma força maior, que acolhe a tod@s e não prescinde de ninguém, capaz de escrever a história da igualdade de direitos para todos os seres humanos.

Entre eles, o direito à Mãe Terra, saudável e bela, para tod@s os seus filhos e filhas. A ela dedicamos a “Sala de aula em movimento”.

Experimentar uma gestão democrática na/da educação contribui para aprender, exercitando, a ser cidadão/ã na escola e fora dela, é o que assinala Medeiros, no texto que constitui a última página. Cidadania essencial à luta pela universalização dos direitos fundamentais.

Assim vem esse boletim apostando, como sempre, na parceria de educadores e educadores para a formação da cultura dos direitos humanos, para a consolidação da democracia em nosso país, pela via da participação cidadã.

A equipe

Participe

Está próximo o Encontro Regional de Educadores em DDHH, edição Rio, termômetro para medir a temperatura de nosso Movimento em 2007 e alimento para prosseguir a caminhada. Agende esta data: 30 de junho. Imperdível!

Educadores/as em rede: participação e cidadania

